

**Da Reforma Agrária à Questão Ambiental:  
movimentos camponeses no Peru (1947-2009)**

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

[vazelesk@uol.com.br](mailto:vazelesk@uol.com.br)

40

**Introdução**

No dia 11 de abril de 2013 aproveitando minha estada em Lima para realizar pesquisas compareci a uma festa de aniversário. Era o aniversário de sessenta e seis anos da Confederación Campesina Del Perú (CCP), uma das mais antigas organizações representativas de camponeses do continente. Ali estavam dirigentes de várias federações regionais, que me convidavam a Cuzco e outras regiões e os discursos variavam do esforço para preservar o meioambiente ao valorizar a experiência de reforma agrária, realizada pelo regime militar, afirmando o ex-senador Andrés Luna Vargas, que um dos dirigentes da entidade era filho de um beneficiáriodaquele processo. Encontravam-se presentes também dirigentes de entidades como a Confederación Nacional Agraria (CNA), organização criada a partir do regime velasquista. Pode parecer um tanto exótico começar o artigo descrevendo detalhes de uma festa, mas penso que é uma boa maneira de introduzirmos o tema da luta de movimentos camponeses que por décadas tem atuado em variados contextos e conseguem renovar seu discurso, embora mantendo o caráter de contestação a estruturas sociais vigentes no país.

Neste trabalho desenvolveremos uma análise sintética a respeito da ação de diversas organizações rurais peruanas, vindo de meados dos anos 1940 até nossos dias. Discutiremos a atuação de entidades nacionais, que são aquelas que nos deixam maior quantidade de vestígios embora tenhamos a noção de que num país extremamente diversificado como o Peru o papel do regional e mesmo do local é extremamente importante. De todo modo o nacional nos deixa em vários momentos entrever questões locais e regionais, já que estas dialogam com aquele em diversos momentos.

Iniciaremos discutindo a atuação de movimentos camponeses antes da reforma agrária efetivada pelo regime militar a partir de 1969, passando para a reflexão sobre seu trabalho durante a ditadura militar, depois na década de 1980, fortemente marcada pela presença de movimentos armados e finalmente lançaremos um breve olhar sobre esta caminhada em tempos de contestação ao modelo neoliberal. O leitor se prepare para um voo panorâmico sobre o mobilizado agro peruano.

1 Os Movimentos camponeses antes da Reforma Agrária (1947-1969).

“O problema do índio é o  
problema da terra”

José Carlos Mariátegui

Não é exagero afirmar que a questão agrária esteve e ainda está extremamente imbricada a questão indígena, quando analisamos o panorama social peruano. O problema no Estado que os militares encontraram ao tomar o poder em 1962 e 1968,<sup>1</sup> remonta às últimas décadas do século XIX. A partir do governo Ramón Castilla (1854-1862), face aos benefícios da exportação do Guano e do salitre, decidiu-se não mais cobrar o tributo indígena, que as comunidades vinham pagando desde a conquista espanhola. Se aparentemente esta medida era um alívio para o camponês, a médio prazo significou que a burocracia estatal não precisava mais garantir as terras comunais, já que não receberia mais nada por elas. Ficou aberto o espaço para que proprietários interessados em expandir seus negócios fossem o açúcar e o algodão na costa ou o gado e a lã na serra, atacassem as comunidades buscando arrebatar suas terras. A resposta comunal não se faria esperar e a década de 1920 assistiu a incontáveis protestos contra o ataque às comunidades. Nestes protestos buscava-se recuperar a terra perdida, embora não se contasse com o apoio do Estado. Um dos mais importantes movimentos foi o de Huancané, departamento de Ayacucho, onde os camponeses chegaram a controlar a cidade e elaborar uma lei de redistribuição de terras. Ao final da década o ditador Augusto B. Leguía (1919-1930) reconhecia o direito das comunidades de tentar

---

<sup>1</sup> As forças armadas desfecharam dois golpes militares no Peru na década de 1960: em 1962 para impedir a vitória de Victor Raúl Haya de La Torre e em 1968, quando o governo peruano “perdeu” a página 11 da Ata de Talara, que regularia as indenizações que seriam pagas pela International Petroleum Company ao Estado. Ver: Cotler, Julio – Peru: Estado, Classe e Nação. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2006, P: 231-237.

recuperar na justiça as terras perdidas.<sup>2</sup>Na mesma década de 1920 Juan Hipólito Peves Oliveros, que ajudara a fundar um sindicato de trabalhadores açucareiros no departamento de Ica em 1916 constituía a Federación General de Yanaconas y Campesinos Del Perú em 1922.<sup>3</sup> Embora esta organização não tenha conseguido estruturar-se, ocorriam greves na zona açucareira.

O período compreendido entre a crise de 1929 e o fim da segunda guerra mundial seria marcado pela ascensão da Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra) liderada por Victor Raúl Haya de La Torre, que apresentava um programa de reforma agrária e nacionalização de empresas. “Papai era do Apra . Quando viu o programa de Velasco Alvarado exclamou: “isso é o programa do Apra!” dizia-me Marcelino Bustamante, secretário da Confederación Nacional Agraria em uma entrevista em 2011. O fato é que o partido aprista peruano, chegou a mobilizar trabalhadores açucareiros nos primeiros tempos de atuação. Contudo a derrota eleitoral e principalmente a repressão, que a organização sofreu após um frustrado levante em 1932, desmobilizou o que existia de movimento campesino na costa. Ainda realizou-se um congresso regional de yanaconas em 1934 mais não se avançou além disso.

Ao fim da segunda guerra mundial o Apra chegou ao poder numa coligação e sua participação no meio agrário voltou a ser vigorosa. Em abril de 1947 comunistas, socialistas e apristas conseguem organizar a Confederación Campesina Del Peru, realizando o seu primeiro congresso em dezembro, sendo eleito para secretário-geral Juan Hipólito Peves Oliveros.<sup>4</sup> Contudo esta movimentação seria decepada face à crise política de 1948, quando o Apra tentou mais uma vez tomar o poder pela via armada. Os apristas não conseguiram derrubar o presidente Luiz Bustamante, visto por eles como

---

<sup>2</sup> Sobre estes movimentos ver: Mar, José Matos – Mejía, José Manuel – La reforma Agrária em el Perú. Lima, Instituto de Estudios peruanos, 1980, P: 35. Ver também: Mitmac, Manuel Llamajha – Informe central Del Secretario-general al III Congreso de la Confederación Campesina Del Perú. In: Voz Campesina. Lima, CCP, Marzo de 1972, P: 3-9. Neste texto o secretário-geral faz um histórico de movimentos de luta pela terra, desde a década de 1920 à década de 1960.

<sup>3</sup> Yanaconas era como neste período eram chamados os arrendatários, que pagavam uma renda em trabalho para o fazendeiro a fim de terem um pedaço de terra para cultivar. Mar, José Matos – Mejía, José Manuel – La Reforma Agraria en El Perú. Lima, IEP, 1980, P: 46.

<sup>4</sup> Sobre a fundação da CCP ver: Salgado, Carlos Monge – Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina. Lima, Latino-American Studies Association, 1989, P: 3.. Ver também: Mitma, Manuel Llamajha – Informe Central del Secretario-general AL III Congreso de La Confederación Campesina Del Perú. In: Voz Campesina, Lima, CCP, Marzo de 1972, P: 3-9. Nesta análise a participação socialista ou aprista é omitida em favor dos comunistas. Em entrevista inédita que realizei com Jorge Prado, então secretário-geral da CCP, em 16 de julho de 2009, toda referência à presença de partidos, inclusive o partido comunista é ocultada.

excessivamente moderado, mas o mesmo foi deposto por um golpe militar, que entronizou o general Manuel Odría.

A ditadura, que perdurou até 1956 tornou muito difícil quaisquer formas de organização, fora das permitidas pelo Estado. Entretanto conforme Julio Cotler o crescimento de Lima, a formação das favelas e o aumento do papel do Estado na economia face ao crescimento do clientelismo do regime, acabaram por desgastá-lo, levando à convocação de eleições diretas em 1956, das quais o ex-presidente Manuel Prado saiu vencedor.<sup>5</sup> A eleição de Prado trouxe mudanças significativas. O Apra fora legalizado, ao preço de abandonar em boa medida o programa de reforma agrária, bem como afastar-se de propostas nacionalistas. Haya de la Torre, que passara seis anos no exílio na embaixada colombiana, agora estava atuando na chamada convivência, modelo político, que o unia aos inimigos da véspera. Isso facilitou a atuação do Apra, especialmente na zona Açucareira. Em 1957 foi constituída a Federación Nacional Campesina Del Perú, (Fencap) vinculada ao partido.

A relativa abertura do regime também possibilitou aos comunistas atuarem, reativando a CCP e buscando agir especialmente nas zonas serranas. O período que se estende entre 1956 e 1962 foi marcado por diversas mobilizações camponesas. Nas áreas costeiras destacaram-se as greves do setor açucareiro. Também comunidades lutaram para recuperar terras perdidas, ocupando as antigas áreas das comunidades. No Peru este movimento é descrito como recuperação por parte dos camponeses.

Na Serra as ocupações de terras por comunidades foram a principal marca do período. Em 1961 houve uma greve de Yanaconas. A resposta governamental além da tradicional repressão foi criar em 1960 a Comisión para la Reforma Agraria y la Vivienda, que ao final dos trabalhos indicou a realização de uma reforma agrária, preservando as propriedades açucareiras da costa, vistas como produtivas.<sup>6</sup> É importante salientar, que apesar da existência nominal de duas confederações nacionais, o atuar camponês era extremamente regionalizado neste momento. Conforme nos lembra Salgado: Em La Convención, o predomínio era esquerdista na liderança de Hugo Blanco, que atraiu atenção internacional nas ocupações de terra de 1962. Em Puno a mobilização era mais viva por parte do Partido Social-Cristão, a esquerda e o Apra

---

<sup>5</sup> Cotler, Julio – Peru: Estado, Classe e Nação. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2006, P: 231.

<sup>6</sup> Sobre a Comissão de reforma agrária CF: Mar, José Matos – Mejía, José Manuel – La Reforma Agraria em El Perú. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1980. Sobre os movimentos do fim dos anos 1950 Cf: Salgado, Carlos Monge - Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80. In: Revista Debate Agrario. Lima, Cepes, No. 5, Janeiro-março de 1989, P: 41-60.–

disputavam o controle desde áreas costeiras como lima e Lambayeque, abarcando os trabalhadores da cana-deaçúcar até as comunidades da Serra Central ao passo que a Ação Popular do futuro presidente Fernando Belaunde Terry controlava a federação do nortenho Departamento de Piura e o Apra dominava a FEDERAÇÃO DE Cajamarca<sup>7</sup>.

O ano de 1962 poderia ter marcado um salto de qualidade para o movimento camponês: A Fencap realizou o seu primeiro congresso e a CCP organizou o seu. Entretanto as lutas continuavam fundamentalmente regionais ou mesmo locais. Entre todas a que se destacou foi a do líder trotiskista Hugo Blanco, que na província de La Convención, departamento de Cuzco,<sup>8</sup> realizava a tomada de terras, decretando ele mesmo a reforma agrária. A reação não se fez esperar: Hugo foi preso e outros líderes camponeses assassinados. Hugo seria condenado a vinte e cinco anos de prisão.

Mudanças importantes ocorriam enquanto isso no interior do aparelho militar. Aquel ano ficou marcado por mais um golpe de Estado, que apeou do poder o presidente Prado para impedir a vitória de Haya de La Torre. Contudo Haya, que fora rejeitado por seu discurso visto como revolucionário nos anos trinta agora era repellido por sua postura conciliadora com o capital estrangeiro e os proprietários. Oficiais do Centro de Altos Estudios Militares, liderados pelo general Edigardo Mercado Jarrin, começavam a perceber a necessidade de mudanças profundas na estrutura social do país. Havia vários temores no pensamento militar: no plano interno os apristas e comunistas. Internacionalmente o histórico Chile que derrotara o país na guerra do Pacífico (1879-1883) e alguns anos depois o emergente Brasil.<sup>9</sup> Para garantir a segurança do país era necessário industrializá-lo a fim de que depois disso tivesse melhores condições de defesa. Como fazê-lo com um mercado interno raquítico? Mais como convencer o índio (todo camponês era índio na ótica castrense), a lutar por uma pátria, que tudo lhe negava. Para as duas interrogações havia uma resposta: reforma agrária. Não por acaso após o golpe de 1962 o governo militar, embora reprimisse as lideranças, oficializou a reforma agrária feita pelos camponeses em La Convención e preparou as bases para

---

<sup>7</sup> Salgado, Carlos Monge; “La Reforma Agrária y El Movimiento Campesino”. *Debate Agrário*. Lima: CEPES, No. 7, Julio-septiembre de 1989, 63-84..

<sup>8</sup> O peru tem uma divisão política bastante peculiar: o país divide-se em departamentos, que se dividem em províncias, estas em distritos e em muitas regiões, estes se subdividem em comunidades.

<sup>9</sup> Sobre a expansão brasileira o Ministro do Exterior de Velasco Alvarado mostrava-se temeroso da Construção da Rodovia Transamazônica em 1971. Em quinhentos dias a estrada ficaria pronta e o Brasil se aproximaria do Pacífico. Era necessário povoar as áreas limítrofes com colonos. Ver: Ata de Reunión Del Consejo de Ministros Del 25 de febrero de 1971, In: Actas Del Gobierno Militar Del Perú, P: 62.

uma futura lei para todo país, a ser aprovada após a eleição do novo presidente, que se deu em 1963.<sup>10</sup>

Fernando Belaunde Terry tomou posse sob o impacto de novas ocupações de terras, que o exército reprimia. No ano seguinte o congresso aprovou a lei 15037, que permitia a realização da reforma, mesmo sendo muito longo o caminho entre a declaração de desapropriação e a adjudicação da terra ao camponês. As memórias das atuais lideranças camponesas sobre este período variam: Marcelino Bustamante, dirigente da Confederación Nacional Agraria afirmava-me em uma entrevista: “Para algo serviu. Agora entendíamos que a reforma era legal e que as comunidades podiam recuperar as terras.” Já Andrés Luna Vargas, antigo secretário-geral da CCP recordava a ineficiência e lentidão do processo, já que o parlamento negava recursos para a reforma. De todo modo entre 1964 e 1968 quatorze mil famílias foram beneficiadas pelo processo, bem mais do que as mil e quatrocentas do mesmo período beneficiadas a partir do Estatuto da Terra, promulgado pelo regime militar brasileiro em 1964.<sup>11</sup>

O governo Belaunde foi marcado pelas experiências armadas do Exército de Liberación Nacional e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) em 1965. Luiz de La Puente, líder desta última organização escolheu La Convención para desencadear sua luta armada. Hugo Blanco nos lembra que o líder mirista vinha perguntar-lhe quando seu grupo começaria a luta armada. Muito crítico do modelo cubano Hugo afirma ter dito, que isso dependia do povo, ao passo que de La Puente teria respondido, que isso dependia do partido. “E o camponês ficou enojado, porque a presença deles atraiu a polícia para a região, quando já tinham conquistado a terra.”<sup>12</sup> Foi fácil para os militares derrotar as guerrilhas. Mas para os oficiais do Caem a possibilidade de novos movimentos armados era bastante real, quando empalmaram o poder em 1968. Vale lembrar que não só para eles: membros da Vanguarda Revolucionaria, (VR) organização trotiskista, que mais tarde receberia Luna Vargas,

---

<sup>10</sup> Medrano, Eduardo Toche - *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*. Lima: Desco-clacso, 2008.

<sup>11</sup> Sobre a posição de Bustamante: Entrevista inédita ao autor realizada em 20 de julho de 2011. Quanto a Luna Vargas: entrevista inédita ao autor realizada em 16 e 23 de abril de 2013. Quanto à realização da reforma durante o período Belaunde ver: Mar, José Matos, Mejía, José Manuel – *La Reforma Agraria em El Perú*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1980. Quanto a sua não realização no Brasil Cf: Silva, José Gomes da- *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

<sup>12</sup> Entrevista inédita de Hugo Blanco ao autor em 13 de abril de 2013.

acreditavam que a luta começaria no campo em no máximo dois anos.<sup>13</sup> A reforma agrária não estava no discurso dos oficiais que em 3 de outubro de 1968 expulsaram do país o presidente Fernando Belaunde Terry. Os movimentos camponeses sob impacto da repressão às guerrilhas estavam pouco ativos neste momento. Fencap e CCP tinham uma atividade bastante pequena. No caso da CCP, desde o início da década, quando Bandera Roja, uma das cisões maoistas do Partido Comunista, passou a controlar a entidade, os dirigentes refugiaram-se numa posição extremada, evitando apresentar propostas de reforma a um “parlamento burguês”, já que só a revolução socialista traria a “autêntica” reforma agrária. Escondiam assim o fato de estarem profundamente desconectados das bases, o que traria consequências importantes depois da reforma.

Presente no discurso militar estava a questão nacionalista, ligada à “perda” da última página da Ata de Talara, que regularia as indenizações que a International Petroleum Company (IPC) pagaria ao Estado. A imprensa brasileira ainda registrou o temor de vitória de Haya nas eleições previstas para o ano seguinte.<sup>14</sup> Os tanques de guerra foram expropriar a IPC seis dias depois do golpe. Nove meses depois cumpriram outra missão: expropriar fazendas.

## REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS CAMPESINOS

“Eu era prefeito de Bichayal, minha cidade, quando a IPC foi expropriada. Fui à prefeitura e hasteei a bandeira nacional. Imediatamente enviei um telegrama ao general Velasco parabenizando pela nacionalização da companhia petroleira e pedindo a realização da reforma agrária.”  
Andrés Luna Vargas

No dia 20 de junho de 1969 protestos em Ayacucho, onde estudantes reivindicavam a educação gratuita nas escolas secundárias deixaram sete mortos. Boatos de que dirigentes da Sociedad Nacional Agraria, entidade representativa dos proprietários, estaria tramando um golpe circulavam insistentemente. No dia 23 de junho uma reunião do Conselho de Ministros do governo Revolucionário da Força Armada varou a madrugada. No dia seguinte era anunciada a reforma agrária. Dois dias depois os tanques de guerra iam ao engenho Casa, Grande, o tomavam e um coronel era nomeado

<sup>13</sup> Rémiq, José Luiz – La Batalla por Puno: Conflicto y Nación em lós Andes Peruanos. Lima, Epes-Sur, 2004.

<sup>14</sup> Cotler, Julio – Perú: Estado, Classe e Nação. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2006. Sobre a versão brasileira ver por exemplo: Notas e Informações: Golpe Militar no Peru. O Estado de São Paulo, 4 de outubro de 1968, P: 2.

interventor. Estava começando uma experiência pouco conhecida no Brasil, a da reforma agrária feita a partir de um regime militar.

O Decreto-lei 17716 previa um limite inafetável de cinquenta hectares na costa e cento e cinquenta na serra. A selva, como sua homóloga brasileira, seria pensada para projetos de colonização. Dentre as várias formas de organização previstas para o pós-reforma as principais seriam as Cooperativas Agrárias de Produção (caps) e as Sociedades Agrícolas de Interesse Social (Sais). As primeiras tornariam as antigas fazendas cooperativas administradas por técnicos nomeados pelo Estado, sendo os antigos trabalhadores convertidos em sócios. As segundas eram pensadas como entidades que agregariam às antigas fazendas da serra, comunidades lindeiras, que, em tese, se beneficiariam dos resultados obtidos pelas novas sociedades.<sup>15</sup> As indenizações seriam pagas de acordo com o que o fazendeiro declarara para fins de pagamento de impostos e conforme a área que afirmara ser proprietário. Como lembrava Bustamante em sua entrevista isso reduzia muito o valor da indenização porque o fazendeiro “diminuía” o tamanho da propriedade para pagar menos.

Os proprietários ficaram perplexos. É surpreendente a rapidez com que nove milhões de hectares foram das mãos dos terratenentes para o Estado em sete anos. Para Luiz Gamarra Otero, que logo depois da reforma tornou-se presidente da Sociedad Nacional Agraria, cada fazendeiro pensou que não seria atingido pela reforma, devido às ligações que tinha com oficiais do regime. Desta maneira não se uniram como vimos tantas vezes no Brasil e na Argentina. Já Hanry Pease García sustenta que a reforma estava ligada ao fato de o setor proprietário, embora tivesse importante poderio político, não desfrutasse do mesmo prestígio econômico. Se o setor agrário exportava açúcar e algodão, estes jamais foram os principais produtos da pauta peruana, que era e é voltada para a mineração, com bens como cobre e petróleo, aliás em mãos estrangeiras. Liquidado o poder político, face ao fechamento do congresso e das assembleias regionais, bem como intervenções nos departamentos, os terratenentes pouco poderiam fazer pela causa da propriedade fundiária. Sua resistência seria passiva: matar o gado, vender a máquina, levar embora instrumentos agrícolas.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Sobre o desencadeamento da reforma, ver: Actas Del Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada: Reunión Del 23 de juño 1969, P: 1-5. Sobre a nova estruturação das propriedades Cf: Mar, José Matos – Mejía, José Manuel – La Reforma Agraria Em El peru. Lima, IEP, 1980, P: 154.

<sup>16</sup> Sobre a visão dos proprietários Cf: Otero, Luiz Gamarra, - Um Testemuño Personal. In: Vegas de Cáceres, Ileana (org)– A Trienta y Ocho Años de la Reforma Agraria. Lima, Fundación J. M. Bustamante de la Fuente, 2008, P: 175. Quanto à fraqueza relativa do setor proprietário Cf: García Hanry



Quanto aos trabalhadores as reações variaram: a repressão ao Apra desarticulava a Fencap, já pouco atuante. A direção da CCP realizou seu III congresso em 1970, com o processo bastante acelerado.. Sob a direção de Saturnino Pareds Macedo a entidade procurava desqualificar a reforma taxando-a de terratenente. Era feita para beneficiar um Estado burguês, já que o proprietário seria indenizado e mais ainda o camponês teria de pagar pela terra. Declaravam-se então a favor da autêntica reforma agrária, que deveria ser feita pelos camponeses na clássica aliança com os operários.<sup>17</sup> Já as bases camponesas, muitas vezes apoiadas pelo Sistema Nacional de Apoyo a la Movilización Social, um órgão criado pelo Estado para ampliar as bases de sustentação do regime, e outras por conta própria, ocupavam terras para gerar o fato consumado e forçar o Estado a desapropriá-las. Para dirigentes de federações locais pouco importava se teriam que pagar pela terra, o importante, naquele momento era conquistá-la. Foi assim em departamentos como Piura e Cajamarca, nos quais a atuação de federações locais impulsionava tomadas de terras em 1971, ou de modo mais simples na Fazenda Huando, no departamento de Huaral, onde o sindicalista Zózimo Torres travou uma luta épica contra a parcelação das terras, outra estratégia de resistência proprietária. Para a direção da CCP só se aceitava a reforma sem pagamento.<sup>18</sup>

Este distanciamento entre direção e bases traria consequências ao se tentar efetivar o IV congresso em 1973. Realizado em Ecash, departamento de Ancash o evento confrontou os grupos Bandera Roja, que hegemonizava a Confederação e Vanguardia Revolucionaria, que tinha em Luna Vargas o importante ator nas ocupações de terra. Os dois lados acusavam-se de ter falsos delegados (fossem os falsos campesinos de VR, estudantes no dizer de Bandera Roja, fossem os delegados improvisados em cima da hora por este partido conforme os líderes de VR.). O resultado foi a saída dos vanguardistas expulsos a pedradas pela “guarda campesina do evento”. A situação se deteriorou quando os vanguardistas denunciaram o caso à polícia. Poucas semanas

---

Pease – El Ocaso Del Poder Oligárquico. Lima, Desco, 1986. Já no que toca à resistência passiva dos proprietários ver: Mayer, Enrique – Cuentos Feos de la Reforma Agraira. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2009.

<sup>17</sup> Confederación Campesina Del Peru – Conclusiones y Resoluciones Del III Congreso Nacional Campesino Del Peru. Lima, CCP, 3, 5 7 de Outubro de 1970, P: 14.

<sup>18</sup> Sobre esta posição da CCP ver por exemplo: “Campesinos no pagarán por la Tierra!” Primera Convención Campesina de Ancash. Voz Campesina, Novembro de 1972, P: 7 Sobre a luta de Zózimo Torres Cf: Burenus, Charlott - Huando – Testemuño de Um Fracaso. Habla El Sindicalista Zózimo Torres. Lima, IEP, 2001 .

depois Justiniano Menaya subsecretário-geral da entidade foi assassinado, sendo atribuído o crime por Bandera Roja as denúncias do grupo de Luna Vargas.

Este, contando num primeiro momento com o apoio do secretário-geral da CCP, Mitmac organizaram uma assembleia de delegados em agosto de 1973 e convocaram um novo IV congresso em Torre Blanca, departamento de Huarás para maio de 1974.

Neste congresso ainda sendo reafirmado que a autêntica reforma agrária não poderia estar desvinculada de uma revolução socialista, se procurava aproveitar a que já existia. Reivindicava-se salário mínimo, jornada limitada de Trabalho e outros benefícios sociais. A CCP-Luna Vargas dinamizou ocupações de terras em Andahuailas, departamento de Apurímac, em agosto, pois ali a reforma estava paralizada, já que os proprietários tinham ido para os órgãos burocráticos incumbidos de fazê-la. Se o Estado apoiara originalmente as ocupações, neste momento a atitude foi ambígua: as ocupações foram reconhecidas num primeiro momento, mas rapidamente seus dirigentes foram presos.

Desta maneira em 1974 havia três grupos denominados CCP: o liderado por Andrés Luna Vargas, o que estava sob a influência de Saturnino Paredes e um terceiro sob a orientação de Mitmac, que poucos vestígios deixou.<sup>19</sup>

Enquanto isso o governo militar buscava atuar no mercado da representação campesina. Em 1972 o decreto-lei 19400 que regularizava as comunidades campesinas, declarava extinta a Sociedad Nacional Agraria e criava a Confederación Nacional Agraria, que congregaria os beneficiários da reforma. No melhor estilo corporativo, que Brasil e Argentina haviam desenvolvido durante os regimes varguista e peronista, o velasquismo tentaria fazer da CNA a única entidade representativa dos camponeses, numa estrutura piramidal, que ia de entidades locais à central única. Em seu plano de ação a CNA, reivindicava do Estado, uma hora diária na televisão, o diário El Comercio (os principais jornais de Lima tinham sido expropriados em 1974 e havia a promessa de que seriam entregues a entidades da sociedade civil) e um lugar no ministério. Em troca oferecia apoio político e prometia disciplinar a mão-de-obra: “É preciso convencer o

---

<sup>19</sup> A questão do IV congresso é bastante polêmica até nossos dias. Para a versão do grupo Luna Vargas Cf: Confederación Campesina Del Peru- IV Congreso Nacional Campesino. Torre Blanca, CCP 5, 6 e 7 de maio de 1974, P: 4-6. Ver também: Asamblea de delegados de Huaura-Sayam, Confederación Campesina Del Peru, 31 de agosto e 1 de Setembro de 1973. In: Voz Campesina, Maio de 1974, PP: 3-5. Quanto à versão de membros de Bandera Roja Cf: Gloria a Justiniano Menaya! In: Voz Campesina, Junho de 1976, P: 3-7. Os dois grupos continuaram a usar o título Voz Campesina para seu periódico.

irmão campesino de que é necessário trabalhar oito horas ao dia, pois do contrário os terratenentes dirão que ele não pode cultivar a terra.”<sup>20</sup>

Enquanto as disputas no meio camponês se desenvolviam com a luta pela marca CCP e federações à ela vinculadas buscavam evitar a filiação à CNA, um golpe de Estado em agosto de 1975 apeava do poder um doente general Velasco Alvarado. Duas facções disputavam a liderança do processo: de um lado o grupo do general Leónidas Rodrigues defendia o aprofundamento da Revolução na direção de alguma forma de socialismo. De outro, o novo presidente, general Bermudes, sustinha o retorno ao padrão liberal na economia. Se o ano de 1976 marcou uma aceleração da reforma (foi o ano de maior distribuição de terras) foi também o momento de uma relação tensa entre CNA e o novo governo. Em queixosa carta o presidente Luiz Maile explicava ao presidente da República, que a repressão se intensificava, sendo os líderes da entidade vigiados como se fossem inimigos do regime.

Se para a CNA a situação complicou-se rapidamente para os líderes da CCP-Luna Vargas a nova orientação oficial, os deixou como peixes dentro d'água. Realizaram ocupações de terras em Anta de Pampa (Ayacucho) participavam em greves e quando em 1977 o regime anunciou o plan Tupac Amaru<sup>21</sup>, que determinava cortes de gastos públicos e principalmente a cobrança da dívida dos camponeses, lançaram-se a articulação da greve geral, que numa frente que uniu comunistas da Linha soviética, a qual sempre tinha apoiado o governo a trotiskistas do grupo Luna Vargas, paralisou o país no dezanove de julho. O grupo Saturnino Paredes continuou isolando-se tentando fugir a coalizões, reconhecendo em sua mensagem à Federação de Cuzco, quando convidava para o V Congresso em Pomacocha (Ayacucho) que pouco conseguira mobilizar os camponeses.<sup>22</sup> Vale salientar que neste momento a situação do camponês beneficiado pela reforma se agravava. O corte de gastos refletiu-se no crédito, e os

---

<sup>20</sup> Plan de Acción de CNA, 1974-1976, Extrato Del Congreso de Instalación de La CNA, Lima, 1974, P: 6.

A questão da falta de disciplina laboral por parte dos beneficiários da reforma é muito citada no depoimento supracitado de Zózimo Torres. Burenios, Charlott – Huando: Testemuño de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres. Lima, IEP, 2001.

<sup>21</sup> Também previa a realização de eleições para uma constituinte em 1978 e presidenciais em 1980.

<sup>22</sup> Sobre as ocupações de 1976 ver: Mayer, Enrique – Cuentos Féos de la Reforma AAgraria. Lima, Iep, 2009, P: 235. Quanto à posição da CCP-Luna Vargas Cf: Vargas, Angrés Luna – Informe do Secretario-General a Assembleia de Delegados de La CCP, Lima, CCP, 1977, P: 13-14. Quanto à pouca atuação do de Paredes ver: Mensaje a la Federación Departamental de Campesinos Del Cuzco. Voz Campesina, Lima, CCP, abril 1978, P: 3-5. Nesta mensagem o grupo de Paredes tentava convencer os dirigentes cusquenhos a comparecer ao seu congresso e não ao organizado pelo grupo de Luna Vargas em Cuzco naquele mesmo ano.

preços dos bens agrícolas eram extremamente baixos. Luna Vargas em sua entrevista recorda que para beneficiar a indústria o Estado mantinha os preços dos produtos agrícolas muito baixos a fim de que o salário nas cidades pudesse ser mantido em nível ínfimo. Desta forma, ainda que muitos tivessem a terra, começava a faltar o incentivo para a produção.

Desta maneira nos congressos que as duas ccps realizaram em 1978, (Luna Vargas em Cuzco e Paredes em Ayacucho) embora a reivindicação da terra ainda fosse presente começavam a ganhar corpo as reivindicações por crédito, subsídio, melhores preços.<sup>23</sup>

Neste ano eclodiu nova greve geral com participação da CNA. Para a entidade esta ação teve consequências importantes: os tanques de guerra cumpriram uma missão mais tradicional no continente: fecharam a entidade, prenderam seus líderes, o governo confiscou seus bens e por pouco tempo a declarou ilegal. No ano seguinte em seu II Congresso os dirigentes queixavam-se da desfiliação de muitas federações regionais e locais. Se para a CNA a situação era muito difícil, em que pese a eleição de seu dirigente Avelino Marques para o congresso constituinte o grupo Luna Vargas conseguia afirmar-se como hegemônico no meio campestre. O histórico Hugo Blanco voltava de dezesseis anos de prisão e exílio sendo eleito para constituinte, havendo uma pequena bancada campestre na Assembleia. O grupo Vargas ainda tentaria incorporar a CNA, a uma central única. As memórias deste momento nos mostram as distintas perspectivas: enquanto Bustamante em sua entrevista lamenta o fato de a CCP à época tentar absorver a CNA (acusa a concorrente de partidária) Luna Vargas queixa-se que Marques havia assinado pela unidade em Cuzco, mas perdeu a batalha interna na CNA.<sup>24</sup>

Em 1979 a constituinte manteve a reforma agrária intocada. As comunidades conservavam os três direitos conquistados na Constituição de 1933: Imprescritíveis ((as terras permaneceriam com elas) Inalienáveis (não podiam ser vendidas) e inembargáveis (não poderiam ser penhoradas). Em 1980 durante as eleições presidenciais a esquerda não conseguiu constituir uma frente única, sendo Hugo Blanco com seu Partido Revolucionario de los Trabajadores, apenas mais um dos candidatos. O mesmo

---

<sup>23</sup> Salgado, Carlos Monge - Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80. In: Revista Debate Agrario. Lima, Cepes, No. 5, Janeiro-março de 1989, P: 41-60. Ver especialmente: P: 44. –

<sup>24</sup> As queixas da direção da CNA, sobre tentativas de absorção por dirigentes da CCP podem ser vistas em: Acuerdos y Conclusiones Del II Congreso de la Confederación Nacional Agraria. Ica, CNA, 1979, P: 5.

Fernando Belaunde Terry, que fora excoirado do poder doze anos antes, voltava pela via eleitoral

### 3 Democracia, guerra civil e Questão Agrária: (1980-1993)

“Eu tenho uma carta de uma comunidade onde me diziam: “Vamos Plantar à luz da lua contra a vontade do Sendero. Nossas balas acabam, mas nossas pedras não”. E o Sendero Luminoso foi expulso da comunidade.”

Andrés Luna Vargas

Para os setores camponeses o ano de 1980 trouxe imediatas e não boas novidades. O parlamento aprovou a lei de Promoção e Desenvolvimento Agrário. De um lado esta lei permitia a concentração de terras na selva Amazônica em mãos estrangeiras e de outro facilitava a parcelação das terras que estavam em mãos de cooperativas. CCP-Luna Vargas e CNA tentaram organizar o Fudam (Frente Unitario para El Desarrollo Del Agro Nacional) em 1981 e dois anos mais tarde o Cuna ((Consejo Unitario Nacional Agrario). Tentava-se recomendar as bases que não aceitassem o parcelamento das cooperativas, pois logo seriam engolidos por intermediários que agora faziam às vezes de comerciantes. Mas como não parcelar as terras, se a dívida das cooperativas estava sendo cobrada pelo Banco Agrario, se este não fornecia crédito se além de tudo havia o risco, pelo menos potencial de antigos terratenentes voltarem para retomar as terras. Desta maneira o parcelamento acabaria sendo inevitável. Luna Vargas, hoje sustenta o caráter democrático do parcelamento, mas na época as entidades agrárias eram unânimes em rejeitá-lo.<sup>25</sup> De todo modo o processo de parcelamento se acelerou e quando em 1985 os principais candidatos à presidência da República, Alán García, do Apra, e Alfonso Barrantes, o prefeito de Lima, da esquerda Unida, frente ampla, que agregava diversos grupos comprometeram-se a rever as parcelações, caso eleitos, os parceiros com o apoio da Organización Nacional Agraria, criaram a Asociación Nacional de Parcelarios (Anapa), que visava manter o que já estava feito. Nas memórias

---

<sup>25</sup> Sobre os esforços para evitar o parcelamento <sup>25</sup> Ver: Quispe, Luiz Arriaga – Informe Del Secretario-General AL III Congreso de La Confederación Nacional Agraria, Santa Rosa de Ocopa, 21 a 24 de julho de 1982. Quanto aos desacertos para a organização do Cuna, que acabou dividido entre “empresários e camponeses! Cf: Moreno, Julio Alfaro; *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*. Lima, Fundación Frederick Hebert, 1994, P: 57.

de parceiros, que Angel Fernandez de la Galla recolheu no calor da hora as cooperativas significavam desvio de verbas, falta de disciplina laboral, e trabalhar muito para que outro não o fizesse. A anapa, vista com muita desconfiança no princípio foi depois aceita pelas entidades mais antigas, como uma organização campesina, que não desejava restabelecer o status quo pré-velasquista.<sup>26</sup>

Em 1985 sob o impacto de uma hiperinflação, que também assolava países como Brasil, Argentina e Bolívia, bem como da violência do Sendero Luminoso chega à presidência Alán García. Era a primeira vez na história, que o Apra chegava sozinho ao poder de Estado. Era o tempo de promessas como pagar a dívida externa com apenas dez por cento das exportações. Não custa lembrar que o não pagamento da dívida era uma bandeira em mãos de toda esquerda latino-americana naqueles tempos. Para o campo realizava os diálogos de presidente a presidente com os líderes das comunidades, entregando neles tratores e outros bens. Contudo manteve a política de importação de alimentos, que Belaunde Iniciara, a qual se pelo menos minorava um pouco as condições de vida dos trabalhadores urbanos, era fatal para qualquer projeto de autonomia campesina. A CCP ainda apoiaria a realização de ocupações em Puno em 1987 onde comunidades tomavam terras a fazendas expropriadas pelo Estado. Contudo as demandas agora eram muito menos por terras do que por crédito, insumos, subsídios preços mínimos. Salgado, escrevendo em pleno 1989 observara que uma categoria profissional ficara totalmente excluída das demandas: os trabalhadores eventuais, que no Brasil chamamos de boias-frias. Os congressos da CCP e CNA não pediam mais melhorias no salário mínimo ou direitos trabalhistas. Analisando no calor da hora Salgado vislumbrava a possibilidade de estes trabalhadores virem a ser base de massa do Sendero Luminoso.<sup>27</sup>

Uma outra demanda ganhava a atenção dos movimentos campesinos: a segurança. O Sendero Luminoso fora uma nova cisão maoista desenvolvida a partir do paciente

---

<sup>26</sup> Figalo, Flávio – Vega, Juan F.– Anapa: QUE CLASE DE GREMIO Y GREMIO DE QUE CLASE. In: Debate Agrário. Lima, Cepes, no. 2, abril-junho de 1988, P: 51-68. Quanto à memória produzida pelos parceiros logo depois da parcelação Cf: De la Gala, Angel Fernandez; *La Reforma Agraria no Fracasa, Tampoco los Campesinos. Lo Único que Fracasa es la Cooperativa*. In: Eguren, Fernando (org) – Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias Del Perú. Chiclayo, Solidaridad, 1985, P: 251..

<sup>27</sup> Sobre ocupações de Puno Cf: Rémiq, José L Luiz – La Batalla por Puno: Conflicto y nación em los Andes Peruanos. Lima, Cepes-Sur, 2004, P: 321. Quanto a exclusão dos eventuais das demandas das entidades camponesas no fim dos anos oitenta Cf: Salgado, Carlos Monge - Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80. In: Revista Debate Agrario. Lima, Cepes, No. 5, Janeiro-março de 1989, P: 41-60. –

trabalho do professor de filosofia Abmael Gusmán, que por dez anos organizara seu movimento por toda década de 1970. À maneira maoista escolheu o campo, como ponto de partida para suas ações. O início foi com a queima de urnas no dia das eleições presidenciais e posteriormente os assassinatos de policiais e, principalmente de militantes de esquerda, que não concordavam com a via senderista. Luna Vargas recorda em sua entrevista: “O Sendero chegava na comunidade e matava os ladrões de gado, os estupradores. O povo gostava. Logo decidiam que o presidente da comunidade não teria mais poder, que quem governaria seria o comitê popular, que o presidente da comunidade era o velho Estado. Nem as ditaduras militares tinham ousado tanto. Mas o pior foi quando resolveram que o camponês só plantaria para subsistência. Não iria mais ao mercado vender sua produção. Isso é como dizer hoje não anoitece, porque o partido determinou”.

Um dirigente camponês naquele momento estava literalmente entre dois fogos: poderia ser acusado de terrorista por militares ou paramilitares e desaparecer, poderia também ser acusado de colaborador pelos senderistas e ser assassinado. Todos os dirigentes que entrevistei, que militavam nesta época são unânimes: Bustamante teve a casa dinamitada, Jorge Prado, secretário-geral da CCP em 2009 teve que fugir de Ayacucho, Hugo Blanco partiu para novo exílio e Luna Vargas atribui à sua condição de senador (foi eleito em 1985) o fato de não ter sido assassinado por nenhum dos dois bandos. O crescimento do Sendero levou a duas reações paralelas: a repressão inicialmente sem método das forças armadas no vale tudo para eliminar o Senderismo e o menos expressivo Movimiento Revolucionario Tupac Amará<sup>28</sup> e o desenvolvimento das Rondas Campesinas. Estas organizações gestadas originalmente para combater ladrões de gado em Cajamarca em 1976 se generalizaram no Peru, especialmente nas zonas onde o Sendero era mais ativo: Ayacucho, Piura e Cuzco. Para Luna Vargas a atuação das Rondas levou à primeira derrota estratégica do Sendero, já que precisou deslocar-se para as cidades, pela falta de base social no meio agrário.<sup>29</sup>

Enquanto isso o campesinato, que se beneficiara da reforma, via-se numa situação embaraçosa: possuía a terra, mas não tinha crédito, tinha dificuldade para vender sua

---

<sup>28</sup> Este Movimento foi um racha da Esquerda Unida, que passou a atuar como guerrilha a partir de 1984 até 1997. Teve enfrentamentos tanto com as forças armadas quanto com o Sendero. Ver: Rémiq, José Luiz - A Revolução Peruana. São Paulo, Unesp, 2009.

<sup>29</sup> Sobre Rondas Campesinas Cf: <sup>29</sup> Degregore, Carlos Ivan; *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1996 2007, 17

produção e conseguir insumos para suas lavouras. Pergunto a Bustamante como este camponês ainda consegue tocar a produção. Me esclarece que buscava vendendo um ou outro animal, que tinha, ou mesmo conseguindo algum adiantamento com comerciante local. Quanto às entidades a CCP tinha um objetivo socialista, embora como me lembra Vargas os dirigentes nunca se definiram se aceitavam mesmo a via eleitoral, ou se escolhiam a via armada, tão ao alcance da mão naquele momento.

A conjuntura internancional mudou dramaticamente no fim dos oitenta. A parceria entre Ronald Reagan e Margareth Thatcher desenvolveu a doutrina neoliberal. O governo é parte do problema e não da solução, teria dito o belicista estadunidense e as noções de necessidade de privatização, corte de gastos sociais e desregulamentação do trabalho ganharam o mundo e a América Latina. Além disso as ditaduras teoricamente socialistas de leste europeu desmoronavam espetacularmente em 1989. Era muito fácil naquele momento associar propostas de esquerda à ineficiência, corrupção e no caso específico do Peru ao chamado terrorismo, não sendo de esquecer que boa parte da esquerda não optava pela via armada.

A divisão na esquerda unida facilitou a ascensão de duas candidaturas neoliberais. Mario Vargas Lloza, um escritor, que catalizara a oposição à proposta de Alán García de estatizar os bancos e o desconhecido Engenheiro Agrônomo Alberto Fugimori, que como Fernando Collor no Brasil e Carlos Menem na Argentina, surfava NBA onda do discurso antipartidário. Fugimore venceu prometendo um choque moderado.

Entretanto o choque veio com cortes de gastos e privatizações, além da total redução de crédito para o campesino. As entidades ccp CNA e a pequenaConfederacion General de Campesinos Del Perú criaram a Casa Campesina, visando conseguir empréstimos de Organizações não Governamentais no exterior. Bustamante recorda: “Foi um erro, porque o irmão campesino não entendia que teríamos que pagar pelo empréstimo. Não recebemos nada.”<sup>30</sup>

Em 1992 Alberto Fugimore, com apoio militar desfecha um golpe de Estado. Era a reversão total do velasquismo. No mesmo ano uma constituinte convocada, sob pressão internacional elabora uma carta aprovada em referendun. A nova constituição retirava os três direitos das comunidades e uma maioria forjada numa assembleia com poucos sócios já que o quórum era só dos presentes, possibilitaria a venda das terras. As

---

<sup>30</sup> Entrevista inédita de Marcelino Bustamante ao autor em 20 de julho de 2011. Ver sobre casa Campesina: Moreno, Julio Alfaro; *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*. Lima, Fundación Frederich Herbert, 1994, P: 61.



históricas cooperativas açucareiras, que tinham sobrevivido ao parcelamento foram privatizadas. Parecia a vitória definitiva do neoliberalismo em terras incaicas.

4 da Reforma Agrária à Questão Ambiental (1993—2009)

“Eu entendo hoje que temos que defender a vida em todas as suas formas e o capitalismo não permite a defesa da vida.”

Andrés Luna Vargas

56

Entendemos que é preciso avaliar a breves traços a atuação dos movimentos camponeses nas últimas décadas e sua passagem da luta pela terra àquela realizada em torno da questão ambiental.

No início dos anos 1990 a situação de militante camponês era extremamente difícil. A hegemonia neoliberal parecia consolidada: a inflação baixara de quatro dígitos ao ano para dez por cento, Fugimore seria reeleito em 1995 e o discurso antipartido estava em alta. Além do mais o discurso socialista podia ser identificado aos remanescentes do Senderismo ou ao ainda ativo Tupac Amará. Bustamante recorda: “Os senderistas vinham pedir-nos roupa, mas explicávamos que éramos muito pobres.”

Entretanto o apogeu de Fugimore trouxe também o germe da decadência. No fim da década de 1990 incontáveis denúncias de corrupção e violações aos direitos humanos levaram primeiro à formação de uma candidatura opositora plasmada em Alejandro Toledo no ano 2000. Rerreeleito Fugimore, não governou mais que um ano anti as denúncias dos vídeos comprometedores de seu polêmico assessor de segurança Vladimiro Montesinos envolvido em corrupção e incontáveis violações aos direitos humanos, materializadas no extermínio sistemático de opositores.

Os Movimentos camponeses se reestruturavam e estavam presentes à mobilização de rua, que apressou a fuga de Fugimore para o Japão, seu país de origem, de onde voltaria para cumprir uma pena de vinte e cinco anos.

Durante os governos de Alejandro Toledo (2001-2006 e principalmente Alán García (2006-2011) as organizações camponesas buscam limitar os efeitos do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Hugo Blanco ainda milita editando a Revista Lucha Indígena, que combate especialmente a atuação das mineradoras no departamento de Cajamarca.

Um polêmico artigo de Alán Garcia em 2007 denominado a Síndrome Del Perro Del Hortelano, catalizou a reação dos setores camponeses. Neste artigo o presidente defendia a necessidade de abrir as terras ditas incultas pelas comunidades à inversão estrangeira, o que aliás já vinha acontecendo. Afirmava que o camponês era como o cachorro do hortelão, que não come verduras, mas não deixa que ninguém as coma.<sup>31</sup> O presidente decidiu passar das palavras aos atos e com a autorização do congresso baixou uma série de decretos que permitia a exploração de terras amazônicas em áreas, que já estavam sob controle de comunidades Amazônicas. A resposta não veio das tradicionais CCP e CNA, mas da recente Asociación Interétnica para El Desarrollo de la Selva Peruana, liderada por Alberto Pizango. Em agosto de 2008 realizaram uma ocupação de estradas em Bágua, departamento do Amazonas, obtendo a promessa de que o congresso discutiria o tema. Contudo as discussões não avançaram e os amazônicos voltaram a ocupar estradas, e petroleiras entre abril e junho de 2009. De acordo com o informe da minoria da comissão congressional, que investigou os fatos o governo resolveu “restabelecer o princípio de autoridade” aplicando um humilhante despejo aos manifestantes. A resposta foi vigorosa, morrendo vinte quatro policiais e um número não calculado de manifestantes.<sup>32</sup> Os decretos que entregavam a terra foram suspensos. CCP e CNA não participaram do episódio, mas incorporaram o tema ambiental ao seu discurso. Além da preservação das terras indígenas, sob o argumento de que sabem lidar muito melhor com a pacha mama (mãe-terra) defende-se a agricultura orgânica, contesta-se tanto a entrega de terras aos grandes grupos internacionais, como a liberação do mercado peruano para importação de produtos estrangeiros: “Antes em Piura produzia-se sessenta mil toneladas de algodão, agora são só setecentas”, me lembra Luna Vargas. Desta maneira hoje o agrário e o ambiental parecem progressivamente entrecruzar-se nas falas e nos atos dos movimentos camponeses peruanos.

### Conclusão

---

<sup>31</sup> Pérez, Alán García; “El Síndrome Del Perro Del Hortelano”. Diálogo *El Comercio*, Lima, Peru, 28 de outubro de 2007. [http://elcomercio.pe/edicionimpresa/html/2007-10-28/el\\_sindrome\\_del\\_perro\\_del\\_hort.html](http://elcomercio.pe/edicionimpresa/html/2007-10-28/el_sindrome_del_perro_del_hort.html) Acessado em 23-05-2013. Uma resposta ao artigo pode ser vista em: Coronado José Perro Del Hortelano u Perrito Faldado de Iás Transnacionales. In: *Voz Campesina* no. 61, 11-06-08. Extraído do sitio <HTTP://movimientos.org/cloc/ccp/> acessado em 19/09/2009.

<sup>32</sup>Ver:

[https://docs.google.com/fileview?id=0B\\_Afa15\\_UyaRMTg5MjIyNDAtZmVmZC00MGRkLWJlYjktNjc2OGQzZTcyYmU0&hl=en](https://docs.google.com/fileview?id=0B_Afa15_UyaRMTg5MjIyNDAtZmVmZC00MGRkLWJlYjktNjc2OGQzZTcyYmU0&hl=en)

Se o problema do índio era o problema da terra nas palavras de Mariátegui, não é exagero afirmar hoje que o problema da terra pode ser encarado como o problema do índio no Peru do século XXI. Os movimentos camponeses, especialmente a CCP iniciaram lutando pela reforma agrária. Bem verdade que a questão agrária imbricava-se à indígena, especialmente na serra, mas possivelmente pelo caráter socialista, portanto universalista, dos dirigentes camponeses da época, o étnico foi menos valorizado que o agrário, ainda que se fizessem saudações em Quéchua, nas manifestações da CCP. A reforma agrária, continuou a ser bandeira durante o velasquismo, fosse em mãos dos que defendiam uma “autêntica” reforma como o grupo de Paredes da CCP, fosse em mãos dos que sustentavam a possibilidade de aproveitar a Reforma obtida como um meio para chegar a outra, ou ainda aqueles que viam na reforma velasquista o caminho necessário. As memórias de dirigentes atuais da CCP e da CNA continuam mantendo as mesmas clivagens. Hugo Blanco lembra que a Reforma só foi feita pelo temor dos militares, já Luna Vargas reconhece sua importância, mas destaca o movimento camponês, enquanto Bustamante a valoriza.

Nos anos 1980-1990 a terra deixou de ser reivindicação em favor de mercados, subsídios, créditos. Atualmente a terra volta a ser reivindicação, no sentido de que seja detida sua reconcentração, mas ao lado do tema ambiental, que hoje marca o discurso dos diversos movimentos camponeses. Desta forma percebemos a capacidade que estes movimentos tem tido de adaptar-se às diversas conjunturas e renovar suas bandeiras em cada uma delas.